

de Deus E. para conatos mandou que se lavasse a presente Ala, que depois de lida, submetida a apreciação jurídica, apreendida, será assinada para se produzir seus efeitos legais.

lpl e [assinatura]

Em da Sessão de Encerramento do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia Primeiro de julho do ano de (1999) mil novecentos e noventa e nove.

Os depois horas do dia Primeiro de

Julho do ano de (1999) mil novecentos e noventa e nove, sob a Presidência do Vereador Edmaro Grande Correia, com a cooperação da Primeira Secretária pelo Vereador Eduardo Correia Kila, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Aires Bezerra de Figueiredo, Antônio Carlos de Carvalho Grande, Raul Raimundo Arcanjo Filho, Elton Silva Magalhães, Gustavo Antônio Guimarães Beranger, Jânio dos Santos Mendes, Manoel Estêvão da Silva Filho, Maria Aureliadora Ramos Rênica, Rilton Roberto Pereira de Souza, Omar Camparo da Silva, Elias Rodrigues Bento, Valdir Rodrigues da Silva, Valdir Rorário de Aquino Neto e Ulmar Rômulo Huacando número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus Não havendo Ala para se lida, o Senhor Presidente após cumprimento do rito regimental solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que contou do seguinte: Emenda Aditiva nº 015/99 de autoria do Vereador Aires Bezerra de Figueiredo, assunto: Dispor sobre Emenda Aditiva ao Anexo I E. Educação, Cultura e Desporto do Projeto de Lei nº 012/99, oriundo da Mensagem 666/99, Emenda Aditiva nº 016/99 de autoria do Vereador Aires Bezerra de Figueiredo, assunto: Dispor sobre Emenda Aditiva ao Anexo I. Educação, Cultura e Desporto do Projeto de Lei nº 012/99, oriundo da Mensagem 666/99, Emenda Aditiva nº 017/99 de autoria do Vereador Aires B.

El

sa de figurado, assunto: Dispor sobre Emenda Aditiva ao Anexo I - Planejamento, Urbanismo e Obras, do Projeto de Lei nº 012/99, oriundo da Comissão Executiva nº 006/99. Determinado a leitura do Expediente e não havendo emendadores inscritos para o uso da tribuna, e não havendo emendadores inscritos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa, foram aprovadas as seguintes matérias: Foi aprovado parecer favorável da Comissão de Finanças, Orçamento e Administração nas seguintes Emendas: Emenda Modificativa nº 001/99, Aditiva nº 004/99. Aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça nas seguintes matérias: Projeto de Lei nº 012/99 - Comissão nº 006/99, Emenda Aditiva nº 005/99 e Emendas Aditivas nºs 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013 e 014/99. Aprovado requerimento de urgência nº 079/99 para o Projeto de Lei nº 012/99. Comissão nº 006/99 para as demais Comissões. Aprovado requerimento de urgência nº 076/99 para a Emenda Aditiva nº 015/99 para as demais Comissões. Aprovado requerimento de urgência nº 077/99 para a Emenda Aditiva nº 016/99. Aprovado requerimento de urgência nº 078/99 para a Emenda Aditiva nº 017/99. Determinado a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a tribuna para a Explicação Pessoal. Calou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador João das Santos Mendes, afirmando inicialmente que para o atual Governo mais sabia um pouco de tudo do que o estômago de uma criança. A seguir, discorreu sobre as atividades do primeiro período prorrogado do Legislativo em anuidade de não ter sido tudo no prazo legal o Projeto da L. D. D., e que exigia na sessão em curso e assim encerrando o período a que se referia. Prossequindo relatou sobre denúncia de trabalho escravo no Agronegócio, assunto com grande repercussão, marcado aqui com a presença do Governo do Estado através do Sub-Secretário de Trabalho, com providências sendo adotadas. Falou da época em que juntamente com o então Vereador José Oscar Elias, formulara denúncia contra a Agronegócio em função do trabalho escravo, e quando Secretário Municipal passou todo o período de Carnaval prestando assistência aos trabalhadores ligados da mesma empresa e que haviam acampado na Praça do Fórum. Disse que agora, com a presença do Governo do Estado, através do Sub-Secretário de Trabalho, polícia civil e militar, havia a esperança de que tal obra de fosse concluída com a punição da empresa e das responsáveis por práticas

deliberação com relação a limitar concedida o Quilômetro Volante proibindo o transporte alternativo, disse que mais do que nunca era necessário lutar a favor como os motoristas de tal abundância e comportamento, em muita dignidade, e que o outro momento difícil necessitavam de apoio do legislativo junto ao Poder Executivo, no sentido de que fosse formalizado a regulamentação de tal abundância dando um basta na ilegalidade, e da mesma forma fosse concedida pelo Estado também a regulamentação. Manifestantes apoiaram e dependiam de forma honesta do transporte alternativo, encerrou sua fala. O requer, ocupou a tribuna em explicação pessoal, o Vereador Omar Camparo da Silva, comentando que o início do encerramento do primeiro período legislativo era motivação para que em reflexão fossem analisados os erros cometidos e, que a Câmara pudesse aperfeiçoar os seus trabalhos. Dirigiu-se então o Presidente da Casa, no pessoa do Vereador Ricardo Imbade Correia no sentido de que a Casa pudesse trabalhar pelos caminhos do bom senso atendendo sempre aos preceitos que norteavam os trabalhos da Casa. Disse que permanentemente ouvia a Tribuna para denunciar quanto a não observação da pauta no horário determinado, e outros não condizentes com a tradição da Casa. A seguir falou sobre o que considerava instrumentos de fundamental importância para a Cidadania, no caso, as Comissões de Direitos Humanos e de Defesa do Consumidor, observando que tais Comissões deviam estar sempre atentas para as demandas da sociedade, e, da mesma forma, a Comissão de Trabalho, até mesmo pelo momento de intensa complexidade da vida brasileiro e seus desdobramentos na área social, no que encerra sua fala. O requer, ocupou a Tribuna em explicação pessoal o Vereador Optato Antonio Guimarães Bezerra, observando inicialmente que nem tudo que era legal era justo, reportando-se a questão da demissão de funcionários públicos, quando o preceito através de ordenação da justiça demitia parte de servidores públicos, e assim, não considerava justo tal quadro de desesperança provocado por desemprego que a limitar proibindo o transporte alternativo, podia ser legal, mas, certamente não era justo, na medida em que o desemprego no Brasil se agravava com medidas legais, mas, que não eram justas. Terminando, disse que tal situação denotava a ausência do poder executivo

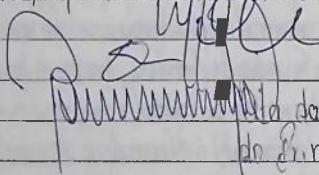
li

entre na regulamentação do transporte alternativo no interior, e assim, eram penalizados a Empresa Concessionária e os que dependiam de tal abundância, mas, principalmente o povo. Prossequindo, disse estar talente o ambiente de solidariedade que era devido e do qual ninguém podia se distanciar, e assim, em erro sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em Explicação Pessoal o Vereador Alfredo de Aguiar Neto, tratando inicialmente o retorno do Vinador Ulmar Monteiro e, por este havia ao debate a questão do preço dos combustíveis em São Paulo. Prossequindo, disse que considerava o transporte por "vans" como complementar, pois o legal era o da Concessionária, mas que as vans proibidas pela Polícia Militar ou Guarda Municipal eram nulos de pleno direito, na medida em que o JARI não existia em tal interregno, e também não estava regulamentado por convênio com o Governo do Estado. Disse que a luta dos que dependiam o transporte complementar era justa, e, entendia estar sendo demandada uma decisão do Governo do Estado quanto a questão. Falou sobre as abundâncias de combustível no primeiro período legislativo, da complementaridade que era o rodar legislativo, com as manifestações normais do processo Democrático, louvando a atuação do Presidente Raimundo Trindade Correia, pois sabia o preço que na divicção a Casa de Deus e, agradecendo a todos entrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Raimundo Roberto da Silva Filho, falando inicialmente sobre emenda de sua autoria inserida na Lei de Despesas Orçamentárias, garantindo orçamentos destinados a bolsas de estudos para alunos do terceiro grau e assim, na discussão do documento seriam definidos os parâmetros junto a Secretaria de Ensino e Tecnologia, e assim, esperar o terceiro grau não seria privilégio apenas da burguesia, no que entrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Guilherme Monteiro, referindo-se inicialmente ao drama de trabalhadores da água que está com sob regime de um, e assim, que haviam sido governados naquela data, como foi narrado pelo Vereador João dos Santos Mendes. Falou a seguir da situação daqueles que praticavam o "transporte alternativo", não limitando a polícia proibindo tal abundância, e assim, mas um drama não se desenvolver em São Paulo, com solução das mais difíceis. Prossequindo disse que havia muitos de comércios populares qualmente haviam restitutos a diversos do tribuna, pois de fato, e obrigados se fizesse muito pouco. Com relação a questão da água, do trabalho

llr

então, sugeriu que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos fosse a Delegacia colocando o Poder Legislativo a disposição dos trabalhadores, e assim seriam tomadas medidas práticas. A seguir fez relato sobre a questão do preço de combustíveis em Cabo Frio, atingindo níveis absurdos com flagrante prejuízo para o população, principalmente os que dependiam do transporte de passageiros, principalmente proprietários de "vans" e também a Calinura que deitou sem perspectiva vindo sobre o transporte alternativo disse ter chegado a hora do Governo encontrar uma solução, pois não poderia continuar o impasse que a todos intranquilizava. Finalizando, disse que no curso do seu mandato em Armação continuaria a lutar para acabar com o abuso dos preços dos combustíveis em Cabo Frio. Não havendo mais palavras para o uso da tribuna em Explanção Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus marcando Extraordinária para dentro de quinze minutos. E, para constar, mandou que se lavrasse o presente Ato, que depois de lido, submetido a aprovação Plurária, aprovada unânime para que produza seus efeitos legais.

x
x
x



Ato da Câmara Municipal Extraordinária do 1º período legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia primeiro de julho do ano de (1999) mil nozentos e noventa e nove.

As vinte horas do dia Primeiro de julho do ano de (1999) mil nozentos e noventa e nove, sob a Presidência do Senhor Vereador Almirante Corrêa, com a comparecimento da Primeira Secretária pelo Vereador Eduardo Corrêa Neto, reuniu-se Extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após dezessete, responderam a chamada regimento os seguintes Vereadores: Diretor João de Lencastre, Antônio Carlos de Faria Neto, Almirante, José Benedito Assunção Filho, Edson Silva Magalhães, Gustavo Antônio Guimarães Branger, Jairo dos Santos Mendes, Manoel José da Silva Filho, Maria Auxiliadora Ramos Rêgo, Milton Roberto Pereira de Souza, Os